



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000
Telefone: 11-2833-4150

PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 128579946

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POPRUA

REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.

Participantes Governo: Karen Fernanda (SMDHC); Maria Lucia de Oliveira (SMDDET); Thais Silva dos Santos (SMADS); Mary Luciana da Cunha (SMADS); Luciana Braga (SGM); Erico Baptistella Casagrande (SMSUB)

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu, André Aio

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente (Fórum da Cidade), Cleiton Ferreira (É de Lei)

Participantes Convidados: Allan Souza Santos (SMDHC/ODH)

A reunião teve início às 15:15 sendo presidida por parte da equipe que compõe a Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua (CPPSR): Karen Fernanda e Roberta Paulino.

Karen inicia a reunião destacando a importância da presença dos representantes do governo, solicitando que cada um se apresente. Após as apresentações, Karen procede com a informação sobre as pautas que serão discutidas durante a sessão ordinária, as quais incluem os seguintes tópicos: o **Programa Operação Trabalho (POT)**; a **leitura do Decreto Municipal** do artigo 8º da **Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023**; a **violência sofrida pela população em situação de rua na região central**, com destaque para a atuação da **Guarda Civil Municipal (GCM)** e da **Polícia Militar (PM)**; os **problemas relatados por beneficiários do Auxílio Reencontro**; e, por fim, a **Operação Baixas Temperaturas**.

Karen destaca sobre Alex e Maria que por diversas vezes vão até a porta da secretária falar inverdades sobre a Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua (CPPSR) para pessoas em situação de Rua e destaca que é importante que fique registrado em Ata esses esclarecimentos. Karen informa que é muito ruim ainda que as pessoas inventem coisas sobre a coordenação e ainda destaca que o fato de terem sido tirados da reunião online é por conta de que não respeitaram o momento das falas na reunião on-line de Zeladoria Urbana.

Roberta Paulino destaca sobre o processo de Ata e que para se ter ela é publicada em diário oficial e para isso se faz necessário aprovação somente de conselheiros eleitos dentro do

Comitê PopRua e nesse caso após a publicação que ficará disponível para leitura.

Início de falas abertas:

Arlion, primeiro inscrito, aponta que o Brasil enfrenta uma situação crítica, necessitando urgentemente de ações, enquanto se assemelha a um governo europeu. O país, segundo ele, acumula uma dívida considerável e não apresenta resultados satisfatórios em termos de geração de renda. Ele observa que, embora haja uma grande insatisfação popular, muitos estão "chorando de barriga cheia" e, de acordo com sua visão, a fome é um problema apenas para aqueles que optam por viver de maneira parasitária. Arlion menciona ainda cidades como Santos e São Bernardo do Campo como exemplos de locais onde o problema da moradia se reflete nas dificuldades para encontrar um local adequado para dormir. Além disso, ele destaca que o valor necessário para conseguir manter uma residência adequada no Brasil é, atualmente, de aproximadamente quatro mil reais.

Lorena Rios expõe sua crítica sobre os locais de assistência social e abrigos destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade, apontando que nestes espaços há uma grande falha na infraestrutura, com um único banheiro sendo compartilhado por todos os usuários. Para ela, essa realidade configura um claro caso de negligência. Ela também menciona que, frequentemente, as filas para acesso a esses serviços são imensas, o que agrava ainda mais a situação dos necessitados. Em relação à política pública de acolhimento, Lorena se revolta com a situação de pessoas que, ao serem atendidas, acabam sendo mantidas por até 120 dias nas ruas, sem uma solução eficaz para sua reintegração social. Apesar da presença de profissionais como psicólogos e assistentes sociais, ela destaca a ineficácia desses serviços, argumentando que a assistência prestada é insuficiente para resolver as necessidades reais dessas pessoas.

Além disso, Lorena critica as condições precárias das refeições fornecidas nos abrigos, mencionando que as marmitas frequentemente chegam em estado inadequado, com alimentos melados. Ela também se queixa de que figuras dentro da organização Social Chá do Padre e que as profissionais Léia e Patrícia, responsáveis pela assistência de certos serviços, não oferecem o suporte necessário e tratam os usuários de forma desrespeitosa. Para Lorena, a atitude de alguns desses profissionais é abusiva, e ela reforça que o título de certificado ou qualificação não garante que uma pessoa seja superior ou mais humana do que outras.

Paulo, próximo inscrito, destacou que, quando está dentro do comitê participando, é lá que ele está. Citou uma deputada do PSB que estava falando de Aldebras e que, para chegar aonde quer chegar, informou que ela é da oposição, e que, mesmo sendo de ideologias diferentes, ela defendeu uma mulher de outro partido. Destacou que isso é o que deveria acontecer na ordinária, pois ou se unem ou pessoas se unirão contra as pessoas em situação de rua. Paulo pediu que, na próxima reunião do comitê, no mês de julho, seja tratado o tema do auxílio reencontro, destacando que é um assunto que precisa retornar como pauta necessária. Informou que está gostando do POT como ele está, mas que ainda há muita coisa para mudar, e que problemas existem e ainda vão aparecer. Reforçou que não se deve acabar com o POT jamais, pois foi criado em um mandato. Destacou que o objetivo é a criação de uma política municipal de auxílio aluguel na cidade de São Paulo, pois é isso que vai tirar a maioria da população da rua, lembrando que esse apoio deve durar até a pessoa cessar sua moradia.

Castor iniciou sua fala destacando que respeita as falas e que gostaria que todos respeitassem a fala dele, porque o brasileiro que está na calçada não está sendo respeitado. Dirigiu-se ao Presidente da República (Luís Inácio Lula da Silva), ao Governador (Tarcísio Meira) e ao Prefeito da cidade de São Paulo (Ricardo Nunes), desejando que essas falas fiquem registradas em Diário

Oficial e que, se esse comitê não tem força para levar até os responsáveis — aliás, irresponsáveis — que deixam os brasileiros na calçada, que isso também seja registrado.

Castor detalhou que um moço falou de banheiro público e que ele vem falando isso há mais de 20 anos e que entra por um ouvido e sai por outro, enquanto o brasileiro está na calçada. Pediu um favor e destacou que o culpado é o Prefeito, solicitando que os funcionários da GCM ou militares, quando houver um tumulto — pois há pessoas que dão esmola para pessoas em situação de rua — que a GCM, que fica esperando os brasileiros se digladiarem lá, organize filas, pois o que Castor destaca é que tem que se chegar com educação e não com armas ou cacetetes.

Castor falou sobre a ata, que estaria disponível no mês seguinte, e que respeitaram a fala dele, desejando que isso continue acontecendo. Alertou que, caso não aconteça — deixando em aberto, por conta da presença de crianças e mulheres — ele perderia a paciência e que iria virar tumulto, o que ele não deseja. No entanto, destacou que, se a fala dele não é importante, isso não tem importância, mas quer que fique documentado, porque ele não sai de onde sai para falar e o vento levar. Ressaltou que vão levar a ata para o Presidente da República, o Governador e o Prefeito. Castor deu uma ideia aos coordenadores novos, informando que a ideia dele é favorecer quem está na calçada. Destacou que, quando é para apoiar político, tem mais de 5 milhões lá, e ele quer ver se a coordenação estará junto, pois quer estar junto. Afirmou que, caso tenha o choque ou alguma movimentação, não quer estar escondido. Informou que, até hoje, dentro da coordenação, não se teve ninguém com pulso. Citou ainda outro item: Luiza Quirino, questionando se ela não voltará mais. Destacou que é a favor de sua volta, mencionando a burocracia e o sistema que a tiraram do local, e pediu para que façam de tudo para que ela volte. Ressaltou que a proposta dela agradou muitas pessoas, inclusive ele.

Alex iniciou sua fala destacando o ocorrido no dia 30 de maio de 2025, quando o portal *Metrópoles* divulgou uma denúncia séria sobre um contrato de 18 milhões de reais envolvendo marmitas e banheiros voltados ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Segundo ele, o caso levanta suspeitas de uso irregular de recursos públicos e, o mais preocupante, é o silêncio das autoridades responsáveis até o momento. Esse silêncio o faz refletir sobre a situação vivida dentro do Comitê PopRua. Informou que a secretária Regina Santana, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, também mantém o silêncio — inclusive em relação a questões fundamentais levantadas por ele e por Maria, que acompanham diretamente a realidade das ruas.

Alex pontuou que ainda existem outras contradições. Relatou que, no dia 13 de maio de 2025, a própria secretária participou de uma audiência pública do CMDCA, onde pediu doações financeiras para crianças (Coordenação e Adolescentes), mas não informou nada sobre isso às mães que participam ativamente das reuniões do comitê. Questionou: como é possível tomar atitudes públicas e, ao mesmo tempo, ignorar justamente as mulheres mais envolvidas nesses processos? Afirmou que, se é para falar de direitos humanos, que se fale com quem vive essa realidade todos os dias, e fez um apelo para que o silêncio não seja usado como estratégia de gestão. Exigiu que a Secretaria se pronuncie com responsabilidade e compromisso com a verdade. Destacou que a gestão pública precisa ser transparente, sobretudo com aqueles que falam em nome dos direitos humanos. “Não se pode ignorar mães, crianças, nem o comitê, que existe justamente para dar espaço a essas vozes”, disse. Concluiu esse trecho afirmando: “Não se governa para a rua sem escutar as ruas.”

Em seguida, Alex abordou a questão das atas, destacando uma “mania de tudo ser homofobia” e questionou se aquilo seria considerado um ataque. Afirmou que estava apenas perguntando algo que Adalberto havia dito, e que nem tudo é sobre atacar mulheres. Nesse momento, Karen

Fernanda interveio dizendo que “depende da forma como se fala”, e Alex destacou que a fala era dele e que Karen estava atravessando sua fala. Perguntou aos presentes sobre as reuniões on-line, questionando como pode trazer questões das reuniões de zeladoria urbana (que são on-line) para a reunião ordinária presencial.

Alex informou que deseja que esteja registrado em ata o episódio envolvendo Gisele Abreu, dizendo que Gisele havia dito para Karen que era para expulsá-los da reunião on-line. Disse que Karen acatou a solicitação, que a reunião foi gravada e enviada para Luiza Quirino. Questionou o que está sendo escondido nas atas e o que foi determinado pela secretária Regina Santana — de que a ata estaria disponível apenas após a verificação da fala e então ser publicada. Destacou também que existem vários áudios da conselheira Gisele orientando pessoas a atacarem membros do comitê, incluindo Karen, André, entre outros. Relatou ainda que Gisele teria bloqueado Luiza Quirino de madrugada, mas o link da reunião chegou até eles. Disse que Luiza foi informada de que não era para eles saberem, e que a resposta dada foi que Luiza não está mais na coordenação e que não tem mais contato com essas pessoas.

Alex ainda falou sobre as atas das reuniões on-line, detalhando que não estão chegando até eles. Questionou como eles não têm acesso, especialmente quando são atacados pela polícia, levando seus cachorros, carroça, entre outros bens. Disse que Alderon não poderia se envolver porque não há envolvimento da Rede Rua, mas que mesmo assim estava intercedendo pelo casal envolvido — enfatizando que não tem nada contra o casal.

Nesse momento, Karen pediu que ele finalizasse sua fala

Alex informou que deixaria o restante para depois

Beatriz Clemente foi a próxima inscrita e se apresentou como representante do Fórum da Cidade e conselheira do comitê PopRua. Declarou que trouxe com ela Danielle e Manuel, casal que necessita de vaga fixa, cita Felipe Pereira e sua mulher, que estão em situação de rua há mais de duas semanas com um bebê de dois meses. Beatriz citou ainda Alexandre Machado, que também está em situação de rua esperando vaga e tem mais de 60 anos. Mencionou também José Mário, que tem visão monocular e igualmente necessita de vaga. Relatou que todo mundo fala sobre Lucas, que é um querido, que promete vagas fixas e espera que seja verdade que as conseguirá. Informou que estão assistindo a um problema sério em São Paulo, que é onde estão as pessoas que se encontram na Cracolândia. Relatou que viu, em Extrema, Minas Gerais, a chegada de várias pessoas da Cracolândia em ônibus e peruas, sendo que Minas é uma divisa com São Paulo.

Beatriz pediu a Lucas que tenha um carinho especial pelo casal que está com um bebê em situação de rua. Informou algo que considera superimportante, no qual ficou sabendo de uma audiência na Alesp, na qual o vice-prefeito fez a seguinte declaração — que deseja fechar vários serviços destinados à população em situação de rua no centro da cidade e na Mooca, alegando querer acabar com a Cracolândia. Informou também que a GCM não permite que ninguém fique sentado por mais de dois minutos na região, e que ela própria foi até o local e não viu mais ninguém. Destacou que as pessoas estão desaparecendo e que, ontem, foi fechado o UNA do Senhor Robson, com 450 pessoas, que agora estão em situação de rua. Beatriz questionou se isso é política para a PopRua. Destacou a quantidade de pessoas em situação de rua há semanas, nesse frio, e informou que, daqui a pouco, trabalhadores e crianças vão desaparecer.

José França iniciou sua fala saudando a todos e agradecendo aos representantes do governo por estarem presentes na reunião, ressaltando que é muito importante a participação deles. Relatou

que todos os presentes podem contribuir para a solução das demandas e fez um apelo à educação e ao respeito, inclusive com os representantes, destacando que é evidente a presença de pessoas na reunião que não trazem demandas construtivas e dificultam que outras pessoas consigam resolvê-las. Agradeceu a presença de Guilherme, que também já foi conselheiro do comitê, e afirmou ser o único GCM que presenciou estabelecer diálogo com as pessoas em situação de rua. Informou que Guilherme é uma pessoa que sempre lutou pela população de rua e que há uma dinâmica de respeito em sua atuação, reforçando que as pautas são importantes.

José França destacou que deseja tratar sobre as pautas da Vila Reencontro e do Auxílio Moradia. Agradeceu à representante de governo presente e solicitou que essa demanda seja levada ao prefeito Ricardo Nunes, detalhando que ele pode ajudar a população em situação de rua. Finalizou agradecendo àqueles que permaneceram em silêncio durante sua fala, afirmando que, da mesma forma, respeitará os demais em suas falas.

Lucas Amaral foi o próximo inscrito e iniciou sua fala destacando a importância das manifestações anteriores, afirmando que fala "do fundo do coração". Dirigiu-se aos presentes dizendo que muitas pessoas tentam esconder sua trajetória, mas ele não esconde que já teve vivência nas ruas, que dormiu na rua e sabe o quanto essa realidade é difícil e violenta. Destacou que, dentro de sua trajetória, atuou como agente de saúde no Consultório na Rua, trabalhou por 10 anos dentro do complexo Boraceia, foi orientador educativo do SEAS Santana e, a partir desse trabalho, foi convidado a atuar como assessor na SMADS. Relatou que permaneceu seis meses na SMADS e sentiu-se desvalorizado em vários espaços, afirmando que, dentro da própria secretaria, muitos o rejeitam por lutar pela população em situação de rua (PopRua).

Lucas destacou que foi o primeiro assessor com esse histórico a atuar no gabinete, e que passou a receber muitas demandas. Contou que, à época, pessoas ligavam para a Central de Vagas perguntando ao gerente se havia uma cama ou quarto disponível, quando se iniciava a implantação do Hotel Social. Nesse contexto, estruturou um modelo de atendimento voltado a pessoas em situação de rua, esclarecendo que esse trabalho em relação a vagas não lhe pertencia, e sim à SEPAS. Informou que a questão das vagas não depende exclusivamente dele e declarou que, na reunião, só foram prometidas vagas às pessoas que vieram com Beatriz Clemente, do Fórum da Cidade.

Lucas reforçou que, pela primeira vez, há um assessor com histórico de rua dentro do gabinete, e que isso ninguém poderá apagar, assim como o sofrimento que viveu. Relatou que foi conselheiro juntamente com Roseli e apontou a necessidade urgente de fortalecimento dos relatórios referentes às Vilas Reencontro, que são políticas de "porta de saída". Afirmou que há muita cobrança sobre a porta de saída, mas pouca atenção sobre como as pessoas estão sendo inseridas no sistema da Vila Reencontro. Apontou a importância de se lutar pelo auxílio reencontro moradia, pediu que não se acredite em fake News e garantiu que o auxílio moradia continuará havendo uma reformulação e expansão do NDS.

Lucas deixou registrado que, na gestão do prefeito Ricardo Nunes, há quatro anos não existiam hotéis voltados para casais LGBTQIAPN+, e que ele foi quem lutou para que essa política fosse implantada. Informou também que o UNA não será fechado, mas sim transferido, saindo do NDS para outra supervisão, tratando-se de uma política pública que será expandida. Finalizou reafirmando seu compromisso com a rua, declarando que não serão uma, duas ou três pessoas que o derrubarão. Afirmou que, mesmo quando não estiver fisicamente presente, estará caminhando junto, e agradeceu a todos os que verdadeiramente lutam pela PopRua, destacando que essa luta é de suma importância.

Sandra iniciou sua fala abordando a necessidade de moradia definitiva, afirmando ser essa a principal demanda. Trouxe como exemplo a COHAB, destacando que parte dos apartamentos poderia ser destinada à população em situação de rua. Durante sua fala, houve uma breve desorganização no ambiente, o que a impediu de continuar.

Retomando a palavra, Sandra afirmou que o projeto Minha Casa Minha Vida não é voltado para os pobres e que, na prática, são as construtoras que determinam os rumos desse programa. Novamente, sua fala foi interrompida.

Ao conseguir retomar, Sandra reforçou que o que realmente se faz necessário são moradias definitivas, e não iniciativas como a Vila Reencontro. Reiterou o exemplo da COHAB e da CDHU, sugerindo que esses órgãos poderiam disponibilizar apartamentos para pessoas em situação de rua, com prestações a valores mais acessíveis.

Karen retomou a fala solicitando que as pessoas se sentassem para que os kits lanche pudesse ser distribuídos.

Após o retorno da pausa, Karen informa sobre as pautas da reunião Ordinária. E explica que pauta é um assunto proposto, e, todos os presentes poderiam propô-las e acordadas sobre discussão entre conselheiros.

Maria Lúcia iniciou sua fala abordando o Programa POT, solicitando que lhe fosse permitido expor suas considerações antes de iniciar uma interação mais ampla. Informou que o programa foi inserido no ano de 2021, apresentando-se naquela ocasião. Atualizou que o POT passou por reformulação e está vigente até o ano de 2023 e será reformulado até 2026, contemplando ações como capacitação profissional e bolsa auxílio. Explicou que os trabalhos do programa são divididos entre diversas secretarias, que realizam parcerias para viabilizar o movimento e a oferta de trabalho. Comentou que houve abertura de inscrições para o POT, ressaltando que muitas pessoas necessitam apresentar endereço ou local de acolhida para se inscreverem. Questionou como as pessoas em situação de rua podem proceder diante dessa exigência. Relatou que, em relação à população PopRua que não está incluída na portaria 2023 — que prevê acompanhamento por vinte e quatro meses — muitas pessoas foram desligadas do programa por não terem sido localizadas.

Maria Lucia destaca que para conseguir vaga no POT se faz necessário ter a inscrição e serem sorteadas, pois caso não seja realizada essas demandas, não serão chamadas. Destaca também sobre o processo de extrato analítico e pegará o histórico inteiro e não somente da secretária e possa ser mais que 36 meses. Informa que quem foi desligado do POT, precisam desse extrato e comprovante de moradia para se solicitar reintegração e todo PopRua tem 36 meses de benefício, quem já está dentro do POT.

Após apresentação Maria Lucia abriu para questionamento da plenária e devido algumas falas atravessadas não deu para fazer registro completo em ata deste momento específico.

Maria retorna informando também que são detentores de situações e garantir benefícios desde que se respeitem as normas.

Mirelly pede a fala e informa que Lucas Amaral é um lixo e Karen pede para que seja respeitado a pauta que é sobre o POT.

Mirelly segue em sua fala dizendo que foi solicitar vaga para Lucas e ele informou que quem corre com ele corre e quem não corre com ele, fica para trás. Informa que ele falou mal da conselheira

Gisele e que Gisele sempre a ajudou.

Aglai inicia seu questionamento a Maria Lucia e informa que é ex integrante do PSDB, e dentro das comissões uma comissão diz que medida socioeducativa foi paralisada?

Relata que ela é Aglai Viriato e que se pronuncia junto com Celso Aparecido e pergunta sobre uma senhora chama Margareth

Maria Lucia informa que ela está em outro local que é a GBE, e que não foi desligada e que Maria Lucia não trabalha dentro do POT, mas é representante da secretaria do trabalho.

Aglai informa sobre Luiza e que ela pediu para sair porque sofreu assédio moral

Karen informa sobre a pauta que deve ser seguida

André Aio questiona Maria Lucia sobre o que estão fazendo sobre os desligamentos e citou casa amarela que o antigo coordenador era Agnaldo e que como foram agora para o POT, quem era da casa amarela estão sendo perseguidos. Pessoas que foram desligadas e hotel social não carimba e pessoas foram mandadas embora porque não se tinha carimbo na declaração e quando se pediu o carimbo explicou o motivo.

André questiona o que a secretaria está fazendo para fiscalizar a rede cidadã.

Claumai questiona sobre o Programa Operação Trabalho (POT)

Maria Lucia esclareceu que o programa não configura vínculo empregatício. Por esse motivo, os participantes não têm a carteira de trabalho assinada. O POT é um serviço de caráter temporário, com início, meio e fim, não sendo considerado um emprego formal. Ela destacou que, para contratações formais, os encaminhamentos são feitos por meio do Centro de Apoio ao Trabalho (CAT), que trata especificamente de vagas de emprego. Em relação ao questionamento levantado por França, reforçou que o POT não é vitalício. Segundo a Lei nº 17.252, o artigo 16 determina que 2% das vagas nas empresas sejam destinadas a pessoas em situação de rua. No entanto, para muitos, existe a preocupação de que, ao saber da origem do candidato, algumas empresas possam se recusar a contratá-lo.

Nesse contexto, entendeu-se que o POT deve ser entendido como uma oportunidade de transição – uma etapa em que a pessoa em situação de rua possa se estruturar antes de retornar ao mercado formal de trabalho. Ela ressaltou a importância de manter esse processo interligado, como uma estratégia de fortalecimento da reinserção social, mesmo reconhecendo que o êxito depende da atuação articulada de diversas secretarias.

Sheila abordou sobre muitas fragilidades que pessoas em situação de rua tem, como uso de substâncias ou até mesmo questões psicológicas, traz questão do desligamento dos participantes após o prazo de 24 meses, que exige um processo burocrático. Ela mencionou que já existem denúncias formalizadas relacionadas ao programa e outras demandas e sugeriu que a secretaria responsável encaminhe essas informações adequadamente. Reforçou também a importância de que essas situações sejam devidamente registradas e que o espaço de discussão seja utilizado como canal legítimo para denúncias, garantindo que elas sejam validadas e consideradas no aprimoramento do programa. Sheila gostaria de saber como está o fortalecimento das contratações e preparação.

Maria Lucia informa sobre a fragilidade PopRua e destaca que tem operação portas abertas e

destaca que são acompanhadas em casos específicos. Informa que não atende mães ou outros de POT, somente pessoas em situação de fragilidades. Pede para chamar uma reunião para entender sobre isso.

No segundo ponto, foi destacado que os 2% referem-se ao CAT (Centro de Apoio ao Trabalho), e que quem está organizando essa ação é a Secretaria de Direitos Humanos.

Cleiton Ferreira informa sobre a redução de danos e sobre a atividade do POT, e destaca que não é um trabalho. Relata que, hoje, para estar organizado, foi graças ao POT, no qual ele participou de três edições.

Cleiton pontua que não existe somente um tipo de POT, mas que essa informação não chega à população em situação de rua (poprua). Segundo ele, para alguns, é interessante que somente cheguem oportunidades de trabalho como limpar banheiro, varrer ruas e tudo mais, ele ressalta que acha importante ter as respostas que as pessoas esperam. Cleiton questiona por que não há diálogo sobre os diferentes tipos de POT disponíveis para a poprua. Outro ponto levantado por ele é que, para participar do POT, é necessário ter moradia, e que deveriam existir equipamentos específicos para as pessoas que são destinadas à moradia.

Cita como exemplo o POT do projeto “Tem Sentimento”, onde há mais de 70 mulheres cis e trans, e denuncia que a prefeitura quer tirar esse espaço, que atualmente fomenta diversos outros projetos. Segundo ele, essas pessoas pagam suas moradias e seus aluguéis, mas estão enfrentando dificuldades justamente por estarem em seu local de moradia. Devido a interrupções durante sua fala, não foi possível compreender o final para registro. Ao final de sua manifestação, Cleiton fala sobre a importância do acolhimento, da gestão de moradias e da situação de pessoas que acabam perdendo seus locais de moradia e precisam da atividade do POT para se manterem em determinado espaço. Finaliza abordando também a questão das pessoas em uso de substâncias e pede que seja feito um encaminhamento para ampliar a comunicação com a poprua.

Maria Lúcia retorna sobre o tema da moradia e informa que não é uma deliberação do grupo presente, mas sim da SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social). Explica que os beneficiários do POT que não podem permanecer por falta de moradia estão sendo acolhidos em hotéis – um compromisso assumido pela própria SMADS. Ela destaca que o Programa POT engloba diversas áreas, e que existem pessoas que aceitam participar e pessoas que não aceitam. Ressalta que dentro dos POTs há atividades de artes, dança, pintura, entre várias outras, e que existem grupos que participam ativamente e outros que não aderem.

Renato afirmou que a reunião é única e não deve haver paralelismos. Ressaltou que possui militância há muitos anos e que vive na rua. Questionou por que não pode entrar no POT estando em situação de rua, e pontuou que, em sua visão, o POT é paliativo. Acrescentou que o albergue não representa dignidade, e que a autonomia depende de políticas públicas e da atuação da prefeitura. Reforçou que está na militância há muito tempo e que essa realidade precisa mudar.

Sobre outro ponto, mencionou o programa Minha Casa Minha Vida, associando-o à necessidade de organização para se conseguir avançar, embora, segundo ele, isso muitas vezes não leva a nada.

Finalizou com uma crítica direta ao governo, sem detalhar nesta fala os pontos específicos da crítica.

Gisele informa que Lucas Amaral não arrumou vaga para a moça que está em situação de rua e

informa que não recebe salário e que ela não trabalha em secretaria e que Lucas Amaral que sim, promete e não cumpre. Informa que se for atacada vai atacar sim, e informa que Thais Silva tem que dar vaga sim e que não e para ir com cara de deboche e não dar vaga. Gisele informa que a prefeitura paga 27 milhões para 156 e SEPAS e destaca que não se podem calar e que quem trabalha na SMADS vai para suas casas e o poprua fica em situação de rua, e que o auxílio reencontro é lavagem de dinheiro e que são dois anos de prazo, se tem que pedir moradia e que todos ganham nas OSC'S. Gisele relata que se tem família que precisa de auxílio e relata também sobre a abordagem e o 156 e que ninguém tomou providências. Pede para que os demais não se calem perante as injustiças.

Giordana informou que trataria sobre o Auxílio Reencontro, destacando que, quando foi lançado, o benefício tinha como objetivo oferecer apoio por um período de seis meses, para auxiliar em questões primordiais da vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. Ela relatou que algumas pessoas conseguiram acessar o auxílio, mas que Lucas solicitou que não se prestasse mais nenhum tipo de ajuda. Segundo ela, o auxílio foi simplesmente descartado, a organização Diagonal está se retirando do processo e não há qualquer respaldo ou apoio institucional.

Giordana afirmou que ninguém a ajudou a retirar seus filhos do abrigo, e que ela e seu marido estão sozinhos montando a própria casa. Questionou o que acontecerá quando o auxílio terminar e para onde irá a partir desse momento. Denunciou que seus filhos estão sofrendo violações de direitos, e acusou Lucas Amaral de ter feito de tudo para que ela perdesse a guarda das crianças. Relatou que sua filha passou por uma situação gravíssima, e declarou que, por esse motivo, nunca perdoará Lucas Amaral. Finalizou afirmando que quer o que é dela e dos demais por direito.

Maria Edilene iniciou sua fala cumprimentando a todos e destacou que, embora Regina Santana não estivesse presente, ela ouvirá o que será dito. Maria trouxe à tona uma denúncia seria divulgada pelo portal Metrôpoles no dia 30 de maio de 2025, sobre um contrato de R\$ 18 milhões envolvendo marmitas e banheiros, direcionado ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Segundo ela, o caso levanta suspeitas de uso irregular de recursos públicos, sendo o mais preocupante o silêncio das autoridades responsáveis até o momento. Ela afirmou que esse episódio a faz refletir sobre a realidade vivida dentro do Comitê PopRua.

Maria apontou que a Secretaria de Direitos Humanos, sob comando da secretária Regina Santana, também permanece em silêncio, mesmo diante de questões fundamentais levantadas por ela, que acompanha diretamente a realidade das ruas.

Apontou ainda um fato que considera contraditório: no dia 13 de maio de 2025, a própria secretária Regina participou de uma audiência pública do CMDCA, onde solicitou doações financeiras para crianças (da Coordenação da Criança e do Adolescente), sem, no entanto, comunicar nada disso às mães que participam ativamente das reuniões do Comitê PopRua. Questionou: "Como é possível tomar uma atitude pública e ignorar justamente as mulheres mais envolvidas nesse processo?". Para ela, se é para falar de direitos humanos, que se fale com quem vive essas realidades todos os dias, e defendeu que o silêncio não pode ser uma estratégia de gestão. Ela exigiu que a secretaria se pronuncie com responsabilidade e compromisso com a verdade, reiterando que a gestão pública precisa ser transparente, e que quem fala em nome dos direitos humanos não pode ignorar as mães, crianças e o próprio Comitê, que existe justamente para dar voz a essas pessoas.

Maria finalizou com a frase: "Sou mãe que fala em nome de outras mães de rua, aquelas que não têm voz, mas estão nas calçadas, ocupações e centros de acolhidas." Além disso, solicitou que

sua fala fosse registrada em ata, assim como seu pedido de retorno de Luiza Quirino, sobre quem relatou ter sido agredida verbalmente. Informou que Karen e Roberta presenciaram o ocorrido, mas não se manifestaram nem a defenderam durante a reunião do Comitê.

Por fim, Maria pediu que também fosse registrada em ata sua fala durante as reuniões on-line, informando que Karen e Gisele a retiraram das reuniões virtuais, e solicitando que todos os registros desses acontecimentos constem formalmente na ata.

Sendo o que havia para o momento, Karen informou encerramento da reunião para plenária.

Após fim da reunião, Karen permaneceu no auditório esclarecendo dúvidas de Alex e Maria Edilene. Realizou acolhimento, bem como, passou devidas informações sobre as demandas e questionamentos que eles trazem nas reuniões. Foram orientados sobre os atendimentos por demandas espontâneas, fluxo de registros e disponibilizações de Atas.

ENCAMINHAMENTOS	DATA	TEMA	LOCAL
Pauta	04/06/2025	Auxílio Reencontro	Ordinária julho

Obs. Lista de Presença: 128579752



Adalberto de Almeida Santos
Coordenador(a) I
Em 02/07/2025, às 12:06.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **128579946** e o código CRC **E0F970B0**.
